



Anais da Assembléia

Nº 201

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE JANEIRO DE 1996.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Ironði Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 09 DE JANEIRO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Edgar Bueno, Emerson Nerone, Doutor Rosinha e Sergio Spada (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº CTL/SEEG 001/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 403/95, de autoria do Deputado Beto Richa, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão e Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG 271/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 080/95, de autoria dos Depu-

tados Ângelo Vanhoni e Algaci Túlio, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG 283/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 468/95, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão e Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG 284/95, do Senhor Governador do Estado comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 062/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG 285/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 370/95, de autoria do Deputado Edgar Bueno, em razão do fato de a Entidade "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. de Cascavel", já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 7721, de 30 de junho de 1983. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG 286/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 146/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG 287/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 081/95, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs. CTL/SEEG 270, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

547/95: De autoria do Deputado Algaci Túlio que, cria o Município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Parana-guá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.252. **Anote-se - Arquite-se.**

539/95: De autoria dos Deputados Caíto Quintana e Eduardo Trevisan que, cria o Município de Bela Vista do Caroba, desmembrado dos Municípios de Pérola do Oeste e Pranchita, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.254. **Anote-se - Arquite-se.**

369/95: De autoria do Deputado Beto Richa que, dispõe sobre indenização às pessoas

detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 que hajam ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.255. **Anote-se - Arquivo-se.**

538/95: De autoria do Deputado Anibal Khury que, dispõe que ficam anexadas ao Município de Balsa Nova áreas territoriais denominadas Tijuco, Imbituva e Pavão, anteriormente pertencentes ao Município da Lapa, com as divisas e confrontações que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.256. **Anote-se - Arquivo-se.**

499/95: Do Poder Executivo que, aprova, crédito suplementar no valor de R\$ 1.798.480,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.269. **Anote-se - Arquivo-se.**

525/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.375.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.270. **Anote-se - Arquivo-se.**

526/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 800.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.271. **Anote-se - Arquivo-se.**

428/95: Do Poder Executivo que, transforma em entidade autárquica o atual órgão de regime especial SERLOPAR e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.272. **Anote-se - Arquivo-se.**

157/95: De autoria do Deputado Nelson Garcia que, cria a obrigatoriedade da realização de palestras sobre drogas tóxicas e entorpecentes em geral, nas atividades das escolas da rede pública estadual do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.273. **Anote-se - Arquivo-se.**

474/95: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor André Zacharow, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.274. **Anote-se - Arquivo-se.**

469/95: De autoria do Deputado Anibal Khury que, cria no calendário de eventos do Estado do Paraná, o "Dia do Rio", a ser comemorado a cada dia 24 de novembro, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.275. **Anote-se - Arquivo-se.**

245/95: De autoria do Deputado Edgar Bueno

que, declara de utilidade pública a União Oeste Paranaense de estudos e Combate ao Câncer - UOPECCAN, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.276. **Anote-se - Arquivo-se.**

298/95: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - ANAPAC, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.277. **Anote-se - Arquivo-se.**

299/95: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, declara de Utilidade Pública a Oficina de Convivência e Educação Pelo Trabalho - O.C.E.T., com sede no Município de Anahy e foro na Comarca de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.278. **Anote-se - Arquivo-se.**

241/95: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, declara de Utilidade Pública o abrigo São Vicente de Paulo, com sede e foro em Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.279. **Anote-se - Arquivo-se.**

Lei Complementar

020/95: De autoria do Deputado Neivo Beraldin que, dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos e adota outras providências, o qual convertido em Lei Complementar nº 76. **Anote-se - Arquivo-se.**

461/95: Do Poder Executivo que, dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.280. **Anote-se - Arquivo-se.**

033/95: De autoria do Deputado Caíto Quintana que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, a área de terras que especifica, localizada naquele município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.281. **Anote-se - Arquivo-se.**

108/95: De autoria do Deputado Carlos Simões que, dispõe que as academias de artes marciais deverão proceder o seu registro junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, como condição para o seu regular funcionamento, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.282. **Anote-se - Arquivo-se.**

257/95: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rio da

Praia, Coroados, Barra do Saí, com sede e foro no Município de Guaratuba, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.283. **Anote-se - Arquivo-se.**

270/95: De autoria do Deputado Antonio Belinati que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Down, APS-Down, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.284. **Anote-se - Arquivo-se.**

272/95: De autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ipirorã-APMI, com sede e foro no Município de Ipirorã, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.285. **Anote-se - Arquivo-se.**

274/95: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk que, declara de Utilidade Pública o Clube Princesa dos Campos, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.286. **Anote-se - Arquivo-se.**

288/95: De autoria do Deputado Antonio Belinati que declara de Utilidade Pública o Centro Profissionalizante Ágape Smith - CEPAS, com sede e foro na Comarca de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.287. **Anote-se - Arquivo-se.**

292/95: De autoria do Deputado Antonio Belinati que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI da Guarda Mirim de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.288. **Anote-se - Arquivo-se.**

293/95: De autoria do Deputado Caíto Quintana que, declara de Utilidade Pública a Associação Planaltina dos Idosos, com sede e foro na Cidade de Planalto, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.289. **Anote-se - Arquivo-se.**

306/95: De autoria do Deputado Antonio Belinati que declara de Utilidade Pública a Associação Voluntária de Assistência ao Idoso - AVAI, de Santa Cecília do Pavão, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.290. **Anote-se - Arquivo-se.**

330/95: De autoria do Deputado Reny Bor-satto que, declara de Utilidade Pública a Associação das Crianças e Adolescentes de Céu Azul - ACAZUL, com sede e foro na Cidade de Céu Azul, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.291. **Anote-se - Arquivo-se.**

358/95: De autoria do Deputado Basílio Zarusso que, declara de Utilidade Pública a

Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Urbano Pedroni - Ensino de 2° Grau, com sede e foro na Cidade de Florai, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.292. **Anote-se - Arquivo-se.**

362/95: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Bairros: Jardim Pinheiro, Orestes Thá, Florestal, Gralha Azul e Centro de Quatro Barras, com sede em Quatro Barras-PR, e foro no Município de Piraquara-PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.293. **Anote-se - Arquivo-se.**

365/95: De autoria do Deputado Cesar Sele-me que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Vileiros, Município de Palmeira, com sede e foro naquele Município, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.294. **Anote-se - Arquivo-se.**

372/95: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo que, declara de Utilidade Pública a Federação das Associações de Pais e Mestres de Curitiba - FEPAMEC, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.295. **Anote-se - Arquivo-se.**

409/95: De autoria do Deputado Geraldo Cartário que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Progresso, com sede e foro na Cidade de Curitiba-PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.296. **Anote-se - Arquivo-se.**

416/95: De autoria do Deputado Sâmis da Silva que, declara de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora da Conceição, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o n° 11.297. **Anote-se - Arquivo-se.**

421/95: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários e Amigos da Polícia Civil de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.298. **Anote-se - Arquivo-se.**

422/95: De autoria do Deputado Sâmis da Silva que, declara de Utilidade Pública o Centro de Nutrição Infantil, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.299. **Anote-se - Arquivo-se.**

426/95: De autoria do Deputado Neiivo Beraldin que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcio-

nais - APAE, com sede e foro no Município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.300. **Anote-se - Arquivo-se.**

476/95: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan que, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Pública Estadual - APIESP, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o n° 11.301. **Anote-se - Arquivo-se.**

531/95: Do Poder Executivo que, aprova ajuste no valor de R\$ 1.200.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.302. **Anote-se - Arquivo-se.**

549/95: Do Poder Executivo que, aprova ajuste no valor de R\$ 750.000,00, conforme especifica o qual convertido em Lei tomou o n° 11.303. **Anote-se - Arquivo-se.**

550/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.400.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.304. **Anote-se - Arquivo-se.**

380/95: Do Poder Executivo que, dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1996, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.305. **Anote-se - Arquivo-se.**

381/95: Do Poder Executivo que, aprova o Plano Plurianual para o período de 1996 a 1999, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.306. **Anote-se - Arquivo-se.**

192/95: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Chopinzinho, o imóvel que especifica, situado no quadro urbano daquele Município, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.307. **Anote-se - Arquivo-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado solicitando cópia na íntegra do relatório da Comissão Especial de Sindicância que investigou o ocorrido no despejo violento dos ocupantes da Fazenda Saudade, em Santa Isabel do Ivaí, neste Estado, em novembro do ano passado.

Sala das Sessões, em 09.01.96

(aa) ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Pela importância e repercussões do re-

latório em questão, é imprescindível o seu conhecimento pelos Srs. Deputados desta Casa Legislativa.

REQUERIMENTO N° 4075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência na discussão e votação para o Projeto de Decreto Legislativo n° 001/96, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09.01.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, cópia das notas taquigráficas referentes ao depoimento do Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, prestado a esta Assembléia, sobre o conflito no despejo ocorrido na Fazenda Saudade, em Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 09.01.95

(a) CAÍTO QUINTANA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero, nesta tarde, no Plenário desta Casa de Leis, convidar os Senhores Deputados, para sábado se fazerem presentes nas grandes inaugurações que o Governo do Estado do Paraná fará na região de Campo Mourão. O Governador irá inaugurar - em Campo Mourão às 9 horas e 30 minutos - a primeira Rua do Ofício do Estado do Paraná. É uma obra social muito importante, onde aqueles mutirantes ali, que ganharam as suas casas - são 244 unidades construídas pela COHAPAR e saiu uma Rua do Ofício; são pequenos comércios. Aonde aquela pessoa que tem ali a sua casa, foi colocada uma mercearia, uma lanchonete, uma oficina de conserto de rádio, uma oficina de conserto de bicicleta, uma barbearia.

Então, é muito bonito, é um projeto extraordinário. É muito importante que nos orgulhemos de uma obra tão linda, uma obra tão bem feita e com este projeto fantástico que se chama Rua do Ofício e que será inaugurada às 9 horas e 30 minutos na Cidade de Campo Mourão, que leva o nome de Diamante Azul.

Também estaremos, a partir das 10:30 horas, inaugurando mais uma Vila Rural do

Projeto do Governo do Estado do Paraná para assentamentos de famílias, no Município de Peabiru. São trinta e poucas unidades sendo inauguradas neste sábado. E estaremos inaugurando mais outra Vila Rural às 11:30 horas, no Município de Luiziana, mais 27 unidades.

Quero dizer a vocês: que coisa bonita! Que projeto social interessante para o nosso interior do Paraná. A Vila Rural de Luiziana, vou fazer questão de trazer a fotografia aos Senhores Parlamentares que lá não forem, porque tenho certeza que muitos Parlamentares estarão acompanhando o Governo do Estado do Paraná, os Senhores Secretários que lá estarão, em Campo Mourão e Peabiru para ver mais três projetos importantes sendo inaugurados pelo Governo do Estado do Paraná.

Parabéns do Governo Jaime Lerner, parabéns à vice-Governadora Emilia Belinati, ao Secretário Hermas Brandão, ao Secretário Rafael Dely.

E por falar em COHAPAR, quero deixar um registro aqui nesta Casa de Leis. A COHAPAR de Campo Mourão é uma das melhores do Estado do Paraná, e exemplo disso, quando foi para construir a primeira Vila Rural no Estado do Paraná lá em Apucarana, foram os técnicos da COHAPAR de Campo Mourão, através da pessoa do Sebastião, e que realmente hoje podemos nos orgulhar, porque realmente trabalham com amor, com dedicação, para realmente responder e honrar a bandeira do Estado do Paraná, para honrar também esta Casa de Leis e o nosso Governador Jaime Lerner.

Queria dizer aos Senhores Deputados que, por essas obras importantes, sinto-me um Deputado realizado, um Deputado feliz.

E a outra obra importante, pela sua capacidade, pelo seu gerenciamento, pelos seus comportamentos, dentro da vida política, queremos neste momento também deixar registrado aqui, Senhores Deputados, o nosso contentamento, o nosso agradecimento a este governo, que sem sombra de dúvida, este ano irá inaugurar tantas obras importantes. Obras como está aí a duplicação da estrada de Ponta Grossa até Apucarana, de Maringá, de Campo Mourão, também de Campo Mourão a Cascavel e a Foz do Iguaçu, a duplicação da estrada que sai de Cascavel a Guarapuava e a Ponta Grossa.

E dizer uma coisa, a estrada Boiadeira está aí no orçamento e também queremos agradecer aos Senhores Deputados, que aprovaram este orçamento, e principalmente a estrada Boiadeira.

E que o Nelson Tureck, hoje, juntamente com o Edno Guimarães e também com o Deputado Nelson Garcia, estamos contentes e temos certeza que todos os Senhores Deputados vão se fazer presentes quando inaugurarmos esta obra que há 45 anos o nosso

povo de Campo Mourão, a nossa região de Umuarama e Cianorte esperaram e agora ela vai sair.

Peço licença ao Líder do PDT para usar o horário da liderança do partido.

Senhor Presidente, o que me traz nesta tribuna hoje, para aqui neste momento dar o meu testemunho e a minha gratidão ao povo de Campo Mourão.

Na última pesquisa realizada na Cidade de Campo Mourão, conseguimos um índice de 36,2% da preferência do eleitorado, contra 13% do Márcio Nunes, que foi o candidato a Deputado Federal do PSDB, apoiado pelo Prefeito de Campo Mourão, Rubens Bueno, contra 12,77% do ex-Prefeito Augustinho Vech, do PMDB.

E que, nesta oportunidade, fazemos o agradecimento pelo reconhecimento do povo de Campo Mourão, por um trabalho que realizamos quando fomos vereadores e quando fomos prefeito de Luiziana. E hoje temos aí em primeiro lugar em todas as pesquisas realizadas no Município de Campo Mourão, em todos os seus bairros.

O Sr. Toti Colaço (Aparte) - Deputado Nelson

Tureck, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento, mas muito especialmente, pelas pesquisas realizadas em Campo Mourão, aonde aponta o seu nome como o primeiro lugar para prefeito da cidade.

E Vossa Excelência é o exemplo de um Parlamentar que saiu de um dos menores municípios criados nos últimos anos na região do Norte do Paraná.

Saiu como Prefeito de Luiziana, fez um excelente trabalho, hoje Deputado, e pelo fato de estar ligado com Campo Mourão e Luiziana, Vossa Excelência vem sendo apontado pela população como o futuro Prefeito de Campo Mourão.

Eu particularmente, que conheço Vossa Excelência, torço para que seja o candidato eleito, até porque, por um duplo desejo:

primeiro, porque V.Exa. é capaz, é competente e tenho certeza absoluta que vai suceder um grande Prefeito que está sendo que é o Deputado Federal Rubens Bueno, vai suceder um grande Prefeito do Paraná.

Vossa Excelência tem competência, qualidade para ser uma das maiores expressões políticas muito forte na Região da CONCAN.

E o segundo: é evidente que V.Exa. me envolve democraticamente alguns municípios que represento e sou mais votado lá, e que Vossa Excelência, pelas proximidades, acabou assumindo o atendimento aos municípios ali ao redor de Campo Mourão.

Mas, de qualquer forma os meus cumprimentos pelo excelente índice de aprovação,

pelo seu trabalho na Região da CONCAN.

Meus cumprimentos, do amigo Toti, aqui do Sul.

O SR. NELSON TURECK - Quero agradecer ao companheiro, ao Exmo. Deputado Toti Colaço pelo seu apoio, pelas suas palavras e dizer que Vossa Excelência foi um grande Deputado, que quando a nossa região não tinha Deputado o Senhor representou vários municípios como Corumbataí do Sul, que é um município e que muitas coisas boas levou para Corumbataí que hoje é um grande município no cenário do Estado do Paraná, assim como foi Farol, assim como ajudou em Araruna, assim como ajudou lá em Quinta do Sol.

Então, parabéns, em Peabiru também, o nosso Prefeito João Carlos Klein, e agradeço suas palavras companheiro Toti Colaço.

Também quero deixar registrado nesse momento, a minha gratidão, do apoio recebido do grande Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Obrigado Luiz Carlos Alborghetti pelas suas palavras, palavras de confiança, depositadas lá no povo do Lar Paraná, e dizer, Luiz Carlos Alborghetti, lá na região de Campo Mourão, no bairro do Lar Paraná, onde há um dos maiores bairros de Campo Mourão e que hoje tem 19 mil eleitores, saímos de lá com 41,95% de apoio do povo e falo isso agradecendo a sua pessoa porque o Senhor já falou, através da rádio, da televisão, dando parabéns.

Agradeço e o povo do Lar Paraná tem depositado e tem acima de tudo, uma confiança muito grande em Vossa Excelência, Luiz Carlos Alborghetti, audiência muito grande lá, no Lar Paraná, e quero agradecer as suas palavras, mais de coração e tenho certeza que o Luiz Carlos Alborghetti vai estar lá em Campo Mourão, nas eleições municipais de prefeito, levando o apoio ao Deputado Nelson Tureck, para que vençamos aquelas eleições, porque não vai ser fácil, sabemos que as eleições de Campo Mourão vão ser difíceis, porque é um ninho dos tucanos, o Prefeito de Campo Mourão tem feito grande trabalho, mas enfim o importante é a competição, a competição é que vale, e vamos lá disputar as eleições. Se sairmos vitoriosos vamos fazer uma das maiores transformações que o Município de Campo Mourão, município modelo do Estado do Paraná já teve...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Isso tenho certeza, Vossa Excelência já sabe que tenho certeza, porque se o Senhor se eleger faço mais 1.500 lá.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, são essas as minhas palavras, as minhas considerações e espero contar com

Vossas Excelências em Campo Mourão neste sábado, para inaugurar mais três obras importantes do Governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Péricles Mello.
Pela ordem, palavra concedida ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar em nossa Casa a visita do ilustre Vereador de Chopinzinho, Presidente da Câmara Municipal, Volmir Faedo, que nos dá a honra de sua presença nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente anotado e associada pela Mesa Executiva a presença do ilustre visitante.
Com a palavra o Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fizemos, juntamente com a Reitoria da Universidade de Ponta Grossa uma análise das Emendas aprovadas no orçamento do Estado para o próximo ano, relativas às Instituições de Ensino Superior, e mais uma vez, sem sombra de dúvida, a Universidade de Ponta Grossa, particularmente, e a UNICENTRO foram extremamente prejudicadas.

Para se ter uma idéia, a UNIOESTE teve aprovado recursos da ordem de 11 milhões e 824 mil reais, sendo 6 (seis) milhões para custeio e 5 milhões para capital, mais quase 12 milhões de reais no orçamento.

A Universidade de Londrina 37 milhões e 700 mil reais quase, 38 milhões de reais, sendo a totalidade dessas Emendas, investimento em capital, na medida em que a Universidade tem recursos para custeio suficiente.

A Universidade de Maringá, recursos na ordem de 8 milhões de reais e Ponta Grossa apenas 1 milhão e 600 mil reais, sendo zero para a Capital e este montante relativo ao custeio da Instituição. O mesmo acontecendo com a UNICENTRO, que foi reconhecida recentemente, portanto terá necessidades urgentes de investimento em capital, a UNICENTRO leva somente 1 milhão e 570 mil reais.

Ora, não temos nada contra os recursos que serão alocados para Londrina, Maringá e a UNIOESTE. Pelo contrário, assinamos inclusive uma Emenda junto com os demais Deputados da Bancada do PL, que foi aprovada a favor da Universidade de Londrina.

Temos consciência que a Universidade de Londrina e a de Maringá são as mais importantes do Estado do Paraná em número de professores, em número de alunos, de curso, e capacitação docente, mas não podemos aceitar esse segundo plano que historicamente vem sendo colocado na Universidade

de Ponta Grossa, mesmo porque a Universidade de Ponta Grossa passou por gravíssima crise o ano passado, correndo o risco de fechar cursos por falta de material de laboratório para o curso de odontologia.

E, infelizmente, das seis Emendas apresentadas pelos Deputados de Ponta Grossa, por mim, Deputados Luiz Carlos Zuk, Plauto Miró, Jocelito Canto, apenas duas Emendas foram aprovadas, e não pudemos ver naquele momento da votação ao orçamento tal a dimensão, a complexidade desse assunto para discutir em Plenário, reconhecemos o trabalho competente e sério do Deputado Durval Amaral, mas achamos que temos que remediar esse equívoco.

Então, estamos sugerindo e vamos conversar com o Reitor da Universidade de Ponta Grossa, com Deputados da nossa cidade, para que façamos uma audiência o mais tardar no mês de fevereiro com o Secretário de Ciências e Tecnologia e Ensino Superior, Alexandre Beltrão, para que possamos, através de uma votação extra, colocar mais recursos para a nossa Universidade que tem uma importância tão grande para a Região dos Campos Gerais.

Essa é a nossa posição e tenho certeza que os demais Deputados de Ponta Grossa estarão conosco nessa empreitada para resolver os graves problemas porque passa a nossa Universidade.

O segundo assunto que me traz a essa tribuna é que tivemos notícia através de jornais que a Comissão de alto nível designada pelo Governador Jaime Lerner concluiu relatórios sobre o massacre dos sem-terras em Santa Isabel do Ivaí, Fazenda Saudade. Mais tarde o Líder do nosso Partido, Deputado Ângelo Vanhoni, tecerá novas considerações sobre o assunto, mas fica claro que o parecer da Comissão, ou a Comissão está mentindo, ou mentiu descaradamente o Secretário de Segurança Pública quando esteve aqui nesta tribuna. O próprio Secretário colocou claramente a sua defesa intransigente da Polícia, a sua tentativa de criminalizar o movimento sem-terra, disse claramente que ele sabia e deu a ordem para que o despejo fosse executado. E disse mais: que inclusive o Governador Jaime Lerner sabia desse ato que ia ser praticado pela Polícia Militar.

Ora, tal a nossa surpresa que a Comissão, no seu relatório, pela notícia que temos nos jornais, entendeu que houve inobservância da hierarquia, posto que a ação desencadeada pelo comando do policiamento do interior foi à revelia das autoridades superiores da área, ou seja, a comissão está colocando que o comandante da operação deu a ordem para o despejo sem que o Governador e o Secretário de Segurança soubessem que esse ato ia acontecer da forma violenta como aconteceu.

Isso é um absurdo. Ou mente a Comissão, ou mente o Secretário. E a Comissão, como a corda arrebenta sempre do lado mais fraco, solicita, e o Governador já deu ordem, segundo a notícia, para que haja o remanejamento do comando de policiamento do interior, ou seja, o grande culpado acaba sendo o comandante da Polícia Militar, isenta-se de forma absurda o Secretário de Segurança, porque ele mesmo disse desta tribuna, publicamente, que deu ordem para o despejo. E colocamos naquele momento ao Secretário que tínhamos tentado uma ligação várias vezes, conversamos com o Mainguê, o chefe de gabinete do Governador para que o despejo não acontecesse, porque o movimento sem-terra ligou para a bancada do nosso Partido, eu estava presente na Assembléia, eram mais ou menos 6:00 horas da tarde, e comecei a fazer uma série de contatos para tentar negociar e impedir que o despejo acontecesse da forma como aconteceu, o Senhor Secretário não atendeu o telefone e depois disse aqui que tinha plena consciência.

É um absurdo que essa Comissão queira fazer um relatório em quinze dias, e depois de tanto tempo chegue a essa conclusão.

Sabe-se também que o Presidente da Comissão, Doutor Francisco Accioly Neto, pessoa do maior respeito, é amigo pessoal do Secretário de Segurança, Cândido Martins de Oliveira, inclusive fala-se abertamente que era uma das pessoas que lideravam a tentativa do Secretário de ser candidato a Prefeito de Curitiba no início do ano passado.

Então, é um absurdo que esse seja o desfecho.

Entendemos que temos que repudiar esse tipo de atitude mais uma vez. Estamos entrando com requerimento em nome da Bancada do nosso partido, solicitando cópia integral do relatório da Comissão Especial de Sindicância e vamos discutir com os demais Deputados que esse Governo tem que no mínimo pagar pelo que fez contra os sem-terra. Inclusive um deles, um homem de mais de 50 anos teve amputada a sua perna, tal a violência que sofreu naquele ato que o Estado do Paraná deverá, no mínimo, indenizar as vítimas do Movimento Sem-Terra.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Irineu Colombo, é com satisfação que temos em nosso meio a presença do ex-Deputado Estadual, ex-colega nosso da Legislatura de 1974, o ilustre Deputado Valter Pietrângelo, como também o Diretor da CODAPAR, suplente de Deputado

Estadual, Dr. Braguini, que nos honra com sua presença nesta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores e Senhora Deputada.

Só venho aqui novamente para manifestar que tínhamos claro, os Deputados que participaram da Comissão que foi à Santa Izabel do Ivaí. E tínhamos claro a participação anterior, quando intermediamos conflitos no Paraná junto à Secretaria de Segurança, que alguma coisa estava errada quando aquele fato aconteceu.

As conclusões desta Comissão nomeada pelo Senhor Governador do Estado fazem algumas sugestões que naquele dia em que o Senhor Secretário esteve aqui, um dia muito tenso, um dia muito complicado do ponto de vista daqueles que queriam que os direitos humanos fossem respeitados, que a negociação fosse a palavra de toda a hora, que a truculência fosse a todo momento rejeitada.

Mas tivemos aqui a presença do Senhor Secretário defendendo a truculência. E aqui nas sugestões desta Comissão, a primeira sugestão coloca: instituir uma Comissão permanente de mediação.

Esta Comissão já existia. Somente alguns que não queriam que ela funcionasse. Desta Comissão, participava o Coordenador de conflitos agrários do IAP, participava eu, e em algumas ocasiões, o Deputado Péricles Mello, participava o INCRA, o Movimento Sem-Terra, e ainda um representante do Ministério Público.

Segunda sugestão, a sugestão da Comissão, é equipar a Polícia Militar do Estado do Paraná, como exercer controle de massa, recomendando na situação não instrumentos ofensivos, mas somente instrumentos de defesa pessoal.

E naquele dia o Senhor Secretário veio aqui e disse que eles foram armados e atiraram para se defender. Mais uma vez ele encontrou aqui um obstáculo, a própria Comissão nomeada pelo Governador se opôs às virtudes bélicas do Secretário de Segurança. Essa é uma sugestão importante.

A terceira sugestão: recomendar aos comandantes do policiamento do interior e da capital que elaborem um plano de operação; que designem ao oficial superior para exercer essa operação.

Isso chegamos a conversar, eu e o Deputado Péricles, numa audiência com o Secretário de Segurança. Falávamos disso e o próprio Secretário havia dado a palavra de que tudo estaria sob aprovação de um plano de operação com a sua anuência, assim como havia procedido o Governo anterior.

Além disso, o Deputado Péricles naque-

la ocasião, Senhoras e Senhores, sugeriu ao Secretário que baixasse uma portaria, ou publicasse em Diário Oficial que tal região, que tal propriedade, sofreria o despejo, para que pudéssemos mobilizar a sociedade, agentes interessados, a opinião pública também - ficasse por dentro do que ia acontecer, para que nada acontecesse depois das 18:00 horas, como aconteceu em Corumbiara, na escuridão e sobre os olhares de ninguém, a não ser de um repórter, que fotografou absurdos e mais absurdos que o próprio Secretário veio defender aqui.

Então, estabeleceram um ato normativo, que a data e o início do Plano de Operação, possui competência exclusiva do Secretário de Segurança e tenha isso domínio público. Isso foi sugestão do Deputado Péricles.

Então, nada aqui para nós, é novidade. Nada aqui é novidade, mais uma vez esse relatório vem a se contrapor à truculência e às virtudes bélicas, do Secretário de Segurança do Estado do Paraná.

O remanejamento do comando do policiamento do interior e todo mundo sabia que havia aqui um zum-zum-zum, um diz que, diz que, que não houve uma plena conversa entre as partes no cumprimento do mandado judicial o despejo de Santa Izabel do Ivaí. E agora, o comandante foi exonerado, foi tirado do cargo de chefe do policiamento do interior.

Mas isso não é tudo, porque o relatório vai mais longe. Apesar de toda a ilegalidade, o relatório diz que: os espancamentos e as atrocidades foram praticados de forma individual, e por iniciativa concreta daqueles que praticaram os atos de violação dos Direitos Humanos.

Acima de tudo aqui, Senhores e Senhora Deputada, está a questão dos Direitos Humanos. Não de uma forma maniqueísta e manipulada ou simplória deste termo, mas o respeito das pessoas que estavam ali, numa luta política, porque era a ocupação da terra, e o respeito ao processo legal, público, que de certa forma cumprisse a lei, de uma forma não truculenta e não violenta.

É isso que queremos. Queremos de agora em diante, cobrar do Governo do Estado do Paraná, que ele agora tem mais um documento, não a palavra dos Deputados do PT, Deputado Colombo, Deputado Péricles, mas as palavras de uma Comissão que ele próprio nomeou, porque o que falávamos não era ouvido, tomara que agora o Governo dê ouvido, e acima de tudo tenha responsabilidade nos atos de violência que o seu governo pratica no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Depu-

tado Ângelo Vanhoni, comunica, e a Mesa Executiva se associa, no voto de pesar pelo falecimento da mãe do Vereador curitibano, Diretor do DETRAN, Marcos Isfer, Regina Isfer. O enterro será hoje às 16:00 horas, comunica o ilustre Líder.

A Mesa, se associa a estas condolências e participa junto ao Deputado Vanhoni, no requerimento do voto de pesar, como também, em nome de todos os Senhores Deputados desta Casa.

Concedemos a palavra ao ilustre Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Quero manifestar hoje a esta Casa a satisfação num primeiro projeto instituído, junto com a Secretaria de Agricultura, onde, ao longo de todo o período do ano passado, tentamos viabilizar a fruticultura na nossa região e bem no final do ano já estão sendo agraciados alguns produtores com os recursos necessários para iniciar, na nossa região, um grande trabalho que daqui para frente vamos fazer na fruticultura. Estamos sempre em contato com os agricultores, vemos a necessidade de diversificar bastante a lavoura, a agricultura, para eles terem uma melhor condição, um melhor recurso. E conversando com eles, vemos que na nossa região a produção foi muito boa e o preço, graças a Deus, tem se mantido constante e os produtores estão colhendo muito bem após anos e anos de fracassadas colheitas. E o preço até além do preço mínimo. Isso é muito bom porque, depois de anos e anos de frustrações, este ano está melhor.

Eles também sugeriram que se faça alguma coisa em termos de entressafra. Assim como eles estão satisfeitos com a colheita eles têm que pagar muitos comerciantes da sua região, onde na época da estressafra, eles comercializam, precisam mantimentos e é feito na base de: eles compram no valor equivalente a um saco de feijão mas com a proposta de que irão pagar na colheita com 2 sacos. Isso já embutido o lucro do comerciante. E essa sugestão foi de que o Governo, também, mantivesse essas famílias durante a entressafra com cestas-básicas, cestas de agricultura, e assim eles pudessem se manter e no final da sua colheita eles pagariam essas cestas.

É um projeto que acredito, deveria ser feito, se já não existir, que poderia manter. Como vemos o caso dos apicultores que sustentam seus apiários durante o inverno para que as suas colméias, mais fortalecidas, durante as floradas possam dar mais produção. Esse é um projeto importante que deveria ser olhado com carinho para que os agricultores, na entressafra, obtenham do governo uma ~~cesta-básica~~ para mantê-los

fortes, dispostos a trabalhar, porque eles têm apenas um lucro por ano e se eles não aplicarem bem o dinheiro vão ficar passando necessidade o resto do período, fazendo negócios com aqueles comerciantes que levam esses agricultores a negociarem por um saco de feijão, para ser pago com dois sacos, mesmo com o lucro já incluído nessas mercadorias.

Era isso. E quero dizer que mais um ano vamos trabalhar juntos e procurando realizar bons projetos, fazer com que o Estado do Paraná tenha uma melhor condição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Venho à tribuna para fazer um registro e ao mesmo tempo um agradecimento ao Governador Jaime Lerner, que no mês de dezembro passado nos honrou com a sanção de um projeto de nossa autoria, projeto de lei complementar, que visava regulamentar o Artigo 35, § 1º da nossa Constituição Estadual, que diz o seguinte: a lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

Este registro se faz necessário por várias razões. A primeira delas é pelo fato de que é muito usual e tem sido muito freqüente, e muito comum ao Deputado fazer apelo ao Poder Executivo, para que sancione projeto de sua autoria, mas é muito pouco usual vir à tribuna fazer o registro da sanção e o agradecimento.

Além disso, tem também o aspecto da correção de uma injustiça que se vinha praticando desde a promulgação da Constituição do Estado com um segmento do funcionalismo do Estado, com uma parcela não muito expressiva mas significativa, do funcionalismo do Estado, que estava na expectativa da regulamentação desse dispositivo da nossa Constituição.

Portanto, o Senhor Governador, ao sancionar um projeto de nossa autoria, que visava regulamentar este dispositivo, nada mais fez do que resgatar um direito e de solucionar uma pendência que interessa a algumas dezenas de servidores do Estado do Paraná, que ocupam cargos ou empregos temporários. Estas pessoas hoje, a partir da sanção deste projeto poderão, cumprindo os requisitos da lei se aposentarem com os direitos e vantagens inerentes ao exercício da função pública do nosso Estado.

Portanto, não é porque é da nossa autoria mas da maior justiça, da maior oportunidade e um projeto que não onera o Estado, e afirmo com absoluta convicção,

porque os seus beneficiários já estão recebendo, percebendo dos cofres do Estado os seus proventos. E vem resgatar uma dívida que a partir da Constituição de 1989, o Estado do Paraná passou a ter com estas pessoas.

Portanto, é um registro que faço e ao mesmo tempo um agradecimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário do Grande Expediente.
Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar os Deputados Walmor Trentini, José Maria Ferreira e Luiz Claudio Romanelli, pelo trabalho sério que fizeram quando estiveram presentes em Santa Izabel do Ivaí, lá no Noroeste do Estado, e acompanharam as cenas que foram descritas no relatório dos Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa, numa Comissão Especial.

Naquele relatório foi enumerado o relato cru, por parte dos sem-terra, da violência de que foram vítimas naquele episódio.

Muita discussão aconteceu na Assembléia Legislativa e na sociedade paranaense, naquele período, o Governador do Estado, pressionado pela mídia nacional, pressionado pela sua imagem de democrata e de homem que preserva os direitos humanos dos cidadãos paranaenses, diante desta pressão muito forte da opinião pública nacional, veio à televisão e se retratou perante a opinião pública paranaense, pediu desculpas ao povo do Paraná, fez uma promessa de que atos de violência, o sangue dos trabalhadores não mancharia mais a terra do nosso Estado, e anunciou a formação de uma Comissão Especial suprapartidária, formada por representantes da Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria da República, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, a Comissão Pastoral da Terra, organismo vinculado à Igreja Católica, a Cúria Metropolitana, e Secretários de Estado.

Esta Comissão tinha, no início, uma incumbência para apurar as responsabilidades e os fatos ocorridos em 15 dias, já se ultrapassaram quase 40 dias e no dia de ontem, na tarde final de ontem, o Governo do Estado deu a conhecer à opinião pública do Estado do Paraná, o relatório final da Comissão de alto nível, designada pelo Governador.

Quero dizer a V.Exas. que estou surpreso com o relatório e me permito até questionar a sua legitimidade. Sou forçado a não entender, a não levar a sério as palavras e o resultado final deste relatório,

por duas razões, Deputado Caíto Quintana e além disso, estou profundamente surpreso com a atitude anunciada pelo Governador do Estado, que é a de exonerar do cargo o Coronel Abraão, que é responsável pelo comando do interior.

Deixa eu expor as minhas razões para o que estou dizendo, Deputado Belinati, não posso acreditar e levar a sério o relatório da Comissão de Alto Nível, pela seguinte razão fundamental, fulcro das questões.

O relatório conclui, que os direitos humanos foram violados; uma conclusão. A outra conclusão, Deputado Walmor Trentini, é que a obediência hierárquica do Comando em operação não foi obedecida.

Ora, esta afirmação que contém no relatório e está sendo fornecida à opinião pública do Estado do Paraná através da Rádio CBN, da Rádio Exclusiva, da Rádio Cidade, da Folha de Londrina, de toda a imprensa do Paraná, esta conclusão é profundamente equivocada, senão pelo seu fundamento, pela sua conclusão final, que leva o Governador do Estado a cometer uma injustiça maior a que foi cometida aos trabalhadores sem-terra em Santa Izabel do Ivaí, porque veja bem, Deputado Caíto Quintana, se o relatório da Comissão de Alto Nível classifica no final de 40 dias, depois de um grande debate na sociedade paranaense, que houve a não preservação da hierarquia e excessos cometidos por parte do Comando na operação.

Faço a seguinte pergunta: por que o Secretário de Segurança Pública desde o primeiro dia, de Santa Izabel do Ivaí até agora, até antes de ontem, assumiu aqui através deste microfone e inclusive colocando dúvidas de uma forma deselegante, quando foi aparteado, questionando sobre a inteligência dos Deputados do PT. Ele assumiu a autoridade, ele assumiu o comando de forma absoluta, foram inequívocas as manifestações do Senhor Cândido Martins de Oliveira: quem deu a ordem fui eu, eu sou o responsável por esta operação. Disse isso para mim, disse isso para o Deputado Sâmis, disse isso para o Deputado Toti, disse isso para a opinião pública, através do Canal 4, do Canal 6, do Canal 12, de todos os canais de televisão, de todas as rádios.

Ora, agora o relatório me parece que tem uma forma de redação que tenta retirar do Secretário de Segurança Pública a responsabilidade pelos atos lá cometidos e os transferem única e exclusivamente ao Comando da Polícia Militar do interior do Estado.

Lembro muito bem quando o Secretário aqui esteve perfilado, nesses assentos os delegados da Polícia Civil do Estado do Paraná, acompanhados do seu Diretor Geral,

Senhor Toleb; lembro muito bem dos oficiais e o comando, os Coronéis todos, e sub-comandantes, perfilados também lá naquela outra arquibancada, e apostando em cadeiras em volta da Mesa Executiva.

Lembro que o Secretário de Segurança fez um esforço, através da sua retórica, de tentar demonstrar para a corporação da Polícia Militar e da Polícia Civil que a Bancada de oposição, notadamente os Deputados do PT estavam enxovalhando a Polícia Militar do Paraná, estavam na realidade querendo colocar a Polícia do Estado do Paraná no banco dos réus, desacreditando a corporação perante a opinião pública e perante ao Governo do Estado do Paraná. Não fui só eu que percebeu esta artimanha retórica por parte do Secretário de Estado. Ele como comandante maior, - pois exerce o cargo de Secretário de Segurança - saiu em defesa sistematicamente dos atos cometidos pela Polícia Militar e assumiu a responsabilidade política pelos atos lá cometidos, eximiu de qualquer responsabilidade o Capitão Cândido que comandou a operação, eximiu o Coronel Abrahão que nem estava na região, eximiu o Comandante Geral da Polícia, Daniel Mainguê, tanto é que a comissão de Deputados não requereu mais a presença do Comandante do Interior, não requereu a presença do Capitão Cândido, não requereu a presença de outros Militares, porque com a convocação do Secretário a esta Casa, ao Poder Legislativo, para prestar os esclarecimentos, e com o Secretário assumindo para si o controle, o comando de toda a operação, entendemos de que havia um responsável por todos os atos lá cometidos.

Vejam bem, o Governador do Estado do Paraná ao aceitar o relatório da forma como está, sem uma única citação do nome de Cândido Martins de Oliveira, que publicamente se manifestou através desta tribuna e através da imprensa televisiva, imprensa dos rádios, imprensa escrita, assumindo a responsabilidade, o Governador do Estado ao aceitar os termos dessa comissão, está compactuando com uma artimanha ardilosa no sentido de construir um bode espiatório, que é o Coronel Abrahão como único responsável dos atos lá cometidos. Mais grave ainda, o governador do Estado, Jaime Lerner, põe em risco a veracidade das suas crenças, põe em risco a veracidade dos seus sentimentos no que diz respeito à preservação dos direitos humanos, porque ele concorda com um relatório que no final das contas é um embuste. Sacrifica um coronel para salvar a presença política no seu secretariado, de Cândido Martins de Oliveira.

Me pergunto uma coisa, o Secretário de Estado, mais movido ... eu sinceramente, desculpem até a brincadeira, mas ele me pa-

rece assim aquele espírito de John E., quer recuperar o John E. do faroeste, de resolver as coisas no "eu mando, eu faço, eu aconteço", como se estivessemos vivendo no Estado do Paraná 50 anos atrás, aonde que a cartucheira na cinta valia mais do que as regras democráticas de convivência da sociedade, de que os direitos humanos estivessem sendo preservados.

O Secretário de Estado Cândido Martins de Oliveira teve a dignidade e a compostura de um homem sério, pelo o que eu o reputava, de assumir a responsabilidade pelos atos dos seus subordinados. Ele eximiu o Governador de qualquer responsabilidade, trouxe para si a responsabilidade.

Me pergunto agora, aonde está a bravura, aonde está a honestidade, aonde está a dignidade de pensamento, aonde está a coerência deste homem que vai permitir que um coronel, seu subordinado, seja sacrificado e ele se preserve politicamente no cargo que está?

De duas uma, se o Secretário de Segurança Pública tem dignidade, ele apresenta sua carta de demissão do cargo para o Governador do Estado.

Não é possível o Governador Jaime Lerner punir o comandante do interior sem punir o Secretário de Segurança Pública. Não é possível.

Mesmo que o Governador não queira preservar politicamente o secretário, é de se recomendar ao Secretário de Segurança Pública que tome um ato de dignidade e apresente a sua renúncia para não constranger, mais do que já constrangeu a consciência cívica, humanitária do povo do Estado do Paraná.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (Aparte) - Deputado Vanhoni, V.Exa. traz à tribuna desta Casa novamente um assunto que todos nós aqui paranaenses nos envergonhamos.

E hoje tomamos conhecimento pelos jornais, porque como o ato que determinava a constituição da Comissão, que fosse na verdade publicado o relatório no Diário Oficial, isso ainda não ocorreu. Ou seja, nós aqui também estamos tomando conhecimento pelos jornais, num release distribuído pela Secretaria da Comunicação Social, e verificamos que eu também tinha, Deputado Vanhoni, suspeitas muito fortes sobre esta Comissão de Alto Nível.

E ao ler os jornais do último final de semana essas suspeitas, pelo menos tem indícios fortes que podem se confirmar, porque o Presidente desta Comissão, chamada Comissão de Alto Nível, o advogado Francisco Accioly Neto, está sendo cogitado para ser o novo Procurador-Geral do Estado em substituição ao ex-Procurador Ronald Schumann, que foi ao Tribunal de Alçada.

Então no mínimo é muito interessante que o Presidente desta Comissão, que fez essas conclusões, possa na verdade ser premiado com um dos cargos da maior responsabilidade, diga-se de passagem um cargo que devia ser exercido por Procuradores concursados, pela responsabilidade de representar o Estado em ações excessivamente elevadas e que na verdade têm que receber uma assistência jurídica extremamente importante.

Queria, Deputado Vanhoni, me somar a V.Exa. porque não pode ser o Coronel Abraão, que é um profissional respeitado, o único responsabilizado. Eu vi o Secretário Cândido nesta tribuna, batendo no peito, com força, com valentia, dizendo que ele era o mandante, que ele era o responsável único e se alguém havia de ser na verdade crucificado, era ele e nenhum outro oficial da Polícia Militar.

Então, eu na verdade quero crer que todos aqui, inclusive eu me sinto como opositor nesta Casa, membro integrante dessa honrada Bancada do PMDB, que se recusou a assinar a constituição da CPI para investigar o famoso atentado, creditando à Polícia Civil do Paraná a responsabilidade de em curto prazo elucidar junto com esta questão de Santa Izabel do Ivaí, o atentado que sofreu Sua Excelência o Senhor Secretário. Até agora, na verdade, o que vimos foi absolutamente nenhuma notícia sobre quem foram aqueles que atentaram contra a vida do Secretário Cândido.

Por isso quero crer que este relatório que esta Comissão fez, que recomenda a demissão do Comandante do Policiamento do Interior, sem punir aqueles que diretamente, como aquele Capitão Cândido, que comandou a operação, que é o responsável direto, senão nenhum outro oficial da Polícia Militar; responsável direto é aquele que executou de forma cruel e perversa contra os sem-terras, na ação de despejo. Este não está, pelo que se nota, citado em nenhum momento, e pelo que leio aqui, o próprio Coronel Abraão, diz o jornal do Estado, "não sabe porque foi escolhido" e mais, disse que o Comandante Geral da PM Coronel Mainguê, e o Secretário de Segurança Cândido Martins de Oliveira, foram informados da operação e se quisessem, teriam abortado. Por isso, seguramente o Secretário Cândido e a cúpula da Polícia Militar especialmente, o Coronel Mangüê, tem que vir a público e prestar esclarecimento, porque este relatório não pode ficar preso em uma gaveta no Palácio, tem que ser publicado no Diário Oficial e dado conhecimento a toda a população paranaense. E que se puna, todos aqueles que cometeram na verdade como bem diz o relatório crimes que foram praticados, atos de vio-

lação dos Direitos Humanos.

Por isso, Deputado Vanhoni, V.Exa. que teve um papel preponderante na investigação e na elucidação à frente desta Comissão, que foi constituída especialmente nesta Casa, designada pelo nosso Presidente, Deputado Anibal Khury. Queremos que a verdade prevaleça. Aliás, diz em João, que é um dos que escreveram o Evangelho: que Jesus Cristo disse que, conhecereis a verdade e a verdade vós libertará.

Muito obrigado.

O Sr. Geraldo Cartário - V.Exa. me concede um aparte Deputado?

O SR. ÂNGELO VANHONI - Na sequência, Deputado Geraldo Cartário.

Faço a seguinte pergunta, Deputado Romanelli, Walmor Trentini, vocês imaginem o Presidente desta Comissão de Alto Nível, vindo a esta tribuna e lendo o relatório. Imagine o senhor. Como é que é o nome dele mesmo? Accioly Neto. Filho do ex-Senador Accioly Filho. Imagine ele lendo o relatório, para os Deputados todos. Teria uma única pergunta a ser feita, Deputado Carlos Simões. Mas Dr. Accioly, o senhor não ouviu por aí, nesses 40 dias que o Secretário de Segurança Pública determinou e assumiu o comando de toda a operação, inclusive com cópias taquigráficas na Assembleia Legislativa? O que é que a Comissão de alto nível tem a responder sobre isso, para não colocar uma única vez a citação do Secretário? Então me pergunto, ou a Comissão é frágil, ou a Comissão está mal-intencionada e se ela está mal-intencionada o Governador está, ao acatando estas sugestões da forma como está, conivente com esta artimanha de retórica para isentar o Secretário de Segurança Pública e fazer com que tudo recaia sobre os ombros do Comandante do Interior da Polícia Militar.

Concedo aparte ao Deputado Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Agradeço o aparte concedido.

Gostaria também de parabenizar o assunto levantado por V.Exa., mas, na minha opinião particular, acho que não devemos cometer uma injustiça com Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto - o Acciolyinho, porque, na minha opinião, é uma das maiores competências jurídicas que o Paraná tem. No Senado da República já o seu pai talvez tenha sido um dos paranaenses que ali deixou saudade pelo seu conhecimento jurídico. E o Acciolyinho, certamente, com todo respeito ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, jamais iria se propor a ser premiado por uma Presidência de uma Comissão que investigou aquele fato

tão lamentável de Santa Izabel do Ivaí.

Era o reparo que gostaria ficasse nos Anais, não só pelo fato do Acciolyinho ter sido Deputado, porque não é pelo fato de ter sido Deputado do Estado que vai deixar de cometer algumas falhas na sua vida - como todos nós vamos cometer lá na frente -, mas sim porque o conhecemos realmente de perto. Conhecemos a sua inteligência, a sua competência. Tomara que todos os governadores do Estado que possam chegar no Palácio Iguazu, tenham a inteligência de convidar pessoas competentes, como é o filho do Senador que é o nosso amigo Acciolyinho. E se ele, realmente, for convidado a ocupar um cargo de Procurador de Justiça, olha, o Paraná está de parabéns!

O SR. ÂNGELO VANHONI - É lógico que algum resultado teria que vir da Comissão de Alto Nível. Ficaria uma mancha, uma mancha muito forte no Governo democrático, respeitador dos direitos humanos. Imagem que o Governador Jaime Lerner procura passar vinculada a sua imagem de homem administrador e moderno para o resto do Brasil, mas homem de diálogo, homem sensível, homem respeitador das leis, homem respeitador dos direitos, homem que quer preservar a vida da infância. É lógico que, politicamente, a Comissão de Alto Nível teria que apontar responsabilidades para os atos cometidos em Santa Izabel do Ivaí. Não poderia depois da comoção nacional que aconteceu em função desta violência, passar em branco aquela tragédia.

Mas eu pergunto - Sr. Acciolyinho, e pergunto ao Governador do Estado: diante das declarações do Coronel Abrahão de que o Comandante da PM, Daniel Mainguê, tinha pleno conhecimento do que seria feito em Santa Izabel do Ivaí e de que o Secretário e Segurança também tinha, o que resta ao Governo do Estado? O que resta ao Governador? O que resta ao Secretário de Segurança Pública? A mim não tem outra resposta. É um ato de dignidade entregar o cargo. Não constranger mais o Governo do Estado do Paraná com a sua presença à frente da Secretaria de Segurança Pública!

São essas as reflexões, com as quais quis contribuir a respeito desse relatório. Esse relatório, da forma como foi feito, da forma como está - não tenho conhecimento dele ainda, estamos com requerimento para ser votado aqui, na Assembleia, hoje, pedindo cópia, publicação desse relatório. Mas da forma como tomei conhecimento, por parte da imprensa, se trata de uma maneira de eximir de responsabilidade aqueles que assumiram a responsabilidade pelo fato e crucificar única e exclusivamente o Comandante do Interior.

E com certeza teve participação decisiva nas cenas de violência em Santa Iza-

bel do Ivaí. Mas, é preciso fazer justiça. A determinação principal não partiu do Coronel Abrahão, e os Senhores sabem disso, todos nós aqui sabemos, o Paraná todo sabe e o governador também sabe.

Se é para fazer justiça, Deputado Valdir Rossoni, o caminho não é este, compactuar com um processo de falsificação do que realmente acontece na nossa vida.

O Governador não pode concordar com isso.

O SR. Irineu Colombo (Aparte) - Antes que V.Exa. encerre, dizer que do conhecimento preliminar que temos do relatório, aquilo que ele sugere nós já sugeríamos e colocávamos inclusive em prática.

Não há novidade nenhuma. E quanto a questão de quem deve ser punido, alguém está mentindo, ou o Secretário, ou o relatório.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças: PFL, PPR, PMDB, PT, PSC, PTB, PSDB, Liderança do Governo.

Todos declinam. Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa requerimento nº 4075 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/96. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação acima aprovado:

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/96, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Senhor Governador e a Senhora vice-Governadora a ausentarem-se do país. (MERCOSUL).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam autorizados o Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado, e a Sra. Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentarem-se do país até o dia 31 de dezembro de 1996, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, quando no interesse da administração venham ser necessárias viagens com destino a esses países, para

tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o "caput" do art. 1º, o Sr. Governador ou a Sra. vice-Governadora do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 08.01.96

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Parece-me que este projeto de lei, é uma redundância do primeiro projeto de resolução, aprovado por esta Casa, que para os países do MERCOSUL ficou autorizado ao Governador do Estado e a vice-Governadora até 31 de dezembro de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mensagem Governamental que chegou a esta Casa, realmente era até 1998. Mas, esta augusta Casa, resolveu que seria só até 1996. Como caso em tela, também a solicitação seria para 1998 e a Casa decidiu que seria até final de 1996. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/95, que objetiva alterar os dispositivos que especifica, das Leis nºs 8.933 e 8.927, que tratam respectivamente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão "Causa Mortis", conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. (Publ. no D.A. nº 88/95, de 02.08.95 - Mens.)

ANTEPROJETO DE LEI Nº

SÚMULA: Altera o art. 49 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, dispõe sobre a regularização de créditos tributários devidos em decorrência de infrações à legislação do ICMS, lançados até 30.09.95, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 49 da Lei nº 8.933,

de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, atualizado monetariamente, será acrescido de juros de mora, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumuladas mensalmente, ao mês ou fração.

§ 1º - O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1% (um por cento).

§ 2º - Em nenhuma hipótese os juros de mora previstos neste artigo poderão ser inferiores à taxa de juros estabelecida no art. 161, § 1º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º - Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

§ 4º - No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 5º - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador adotar-se-á:

a) o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil;

b) o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.

§ 6º - A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere, o "caput" deste artigo.

Art. 2º - Aplicam-se aos demais tributos estaduais os coeficientes e critérios de cobrança de juros de mora previstos na Lei nº 8.933/89, de 26 de janeiro de 1989.

Art. 3º - Os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até 30 de setembro de 1995, poderão ser regularizados mediante pagamento do imposto e dos demais acréscimos legais:

I - em uma única parcela, até 20 de dezembro de 1995, com a redução de 50% do valor da multa;

II - parcelado conforme segue, desde que a primeira parcela seja paga até 20 de dezembro de 1995 e as demais, até o dia 20 dos meses subsequentes:

a) em quatro parcelas mensais, com a

redução de 40% do valor da multa;

b) em seis parcelas mensais, com a redução de 30% do valor da multa;

c) em oito parcelas mensais, com a redução de 20% do valor da multa;

d) em dez parcelas mensais, com a redução de 10% do valor da multa.

§ 1º - Aos créditos tributários regularizados na forma deste artigo não se aplica o disposto no parágrafo único do art. 51 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

§ 2º - Na hipótese do inciso II, o não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios deste artigo, apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo as quantias não pagas automaticamente inscritas em Dívida Ativa para cobrança judicial.

§ 3º - Quando o crédito tributário já houver sido ajuizado para cobrança executiva, o sujeito passivo deverá comprovar, previamente, a quitação dos honorários e dos encargos e despesas processuais, proporcionalmente ao valor do débito reduzido.

§ 4º - Aos créditos tributários parcelados na forma do inciso II deste artigo, não se aplica o disposto no art. 49 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, alterado pelo art. 1º desta Lei, aplicando-se-lhes juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§ 5º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de créditos tributários já extintos.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da sua publicação em relação aos arts. 1º e 2º, e da data da publicação em relação ao art. 3º, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, Curitiba, em ...de 1995.

(aa) JAIME LERNER
Governador do Estado
MIGUEL SALOMÃO

Secretário de Estado da Fazenda

JUSTIFICATIVA:

Os arts. 1º e 2º do Anteprojeto de Lei alteram os coeficientes e critérios de cobrança de juros de mora dos tributos estaduais, que passam a ser calculados com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais.

O Estado exige em relação aos seus créditos tributários, inclusive o decorrente de multa, atualizado monetariamente, juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um por cento) ao mês ou fração, entretanto sua dívida mobiliária sujeita-se aos juros normais de mercado, que se encontram em índices muito superiores, conforme a seguir demonstrado:

JUROS		
	SITUAÇÃO ATUAL (%)	SITUAÇÃO PROPOSTA (%)
		(taxa do SELIC ao mês, capitalizável)
jan/95	1,00	3,37
fev/95	1,00	3,25
mar/95	1,00	4,26
abr/95	1,00	4,25
mai/95	1,00	4,24
jun/95	1,00	4,04
jul/95	1,00	4,02
ago/95	1,00	3,84
set/95	1,00	3,32
out/95	1,00	3,09

Assim, por uma questão de tratamento isonômico, deve o Estado exigir índices de juros em estrita proporcionalidade com aqueles que paga.

Ademais, a exigência de juros em percentuais muito inferiores aos de mercado tem como consequência o fato de que os contribuintes pagam preferencialmente suas dívidas financeiras em detrimento do recolhimento dos tributos.

Cumpra ressaltar que a própria União já promoveu alteração em sua legislação, nos exatos termos deste Anteprojeto de Lei, e o Estado não pode deixar de adequar-se à realidade do mercado financeiro, sendo que a alteração na sistemática da exigência de juros terá como consequência o imediato aumento da arrecadação.

A proposição contida no art. 3º do Anteprojeto de Lei resulta da necessidade de:

- a) incentivar a regularização dos créditos tributários do ICMS decorrentes de infração à legislação tributária e a consequente redução dos estoques de dívida ativa;
- b) facilitar o cumprimento das obrigações tributárias por parte dos contribuintes inadimplentes perante a Fazenda Pública Estadual, em face da atual conjuntura econômica adversa, que se faz sentir em todos os segmentos da economia paranaense;
- c) estimular o ingresso de receitas tributárias, a curto e médio prazos, para fazer frente às despesas salariais e outras despesas correntes;
- d) fortalecer o "Projeto Cobrar Bem", e,
- e) implementar no Estado do Paraná procedimento que os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul adotaram com excelentes resultados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 282/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva alterar os dispositivos que especifica, das Leis de nºs 8.933 e 8.927, que tratam respectivamente do ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão "Causa Mortis".

Tal propositura justifica-se face à necessidade de adoção de novos procedimentos concernentes à atualização monetária de juros de mora de créditos tributários dos referidos impostos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a opinar, conclui nada haver que possa obstar a normal tramitação do projeto por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do substitutivo em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 282/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo do Poder Executivo, objetiva alterar dispositivos das leis que tratam do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, IPVA e Imposto de Transmissão "Causa Mortis".

Sobre a matéria já manifestou-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, conclui nada haver que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo Geral apresentado pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

PROJETO DE LEI Nº 282/95
EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1º - O art. 49 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, atualizado monetariamente, será acrescido de juros de mora, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumuladas mensalmente, ao mês ou fração.

§ 1º - O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1% (um por cento).

§ 2º - Em nenhuma hipótese os juros de mora previstos neste artigo poderão ser inferiores à taxa de juros estabelecida no art. 161, § 1º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º - Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

§ 4º - No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 5º - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador adotar-se-á:

- a) o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil;
- b) o índice correspondente ao mês cen-

tral do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.

§ 6º - A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 2º - Aplicam-se aos demais tributos estaduais os coeficientes e critérios de cobrança de juros de mora previstos na Lei 8933/89, de 26 de janeiro de 1989.

Art. 3º - Os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até 15 de dezembro de 1995, ajuizados ou não, poderão ser regularizados, mediante pagamento do imposto e dos demais acréscimos legais:

I - em uma única parcela, até 29 de março de 1996, com a redução de 90% do valor da multa;

II - parcelado conforme segue, desde que a primeira parcela seja paga até 29 de março de 1996 e as demais, até o último dia útil dos meses subseqüentes:

a) em quatro parcelas mensais, com a redução de 70% do valor da multa;

b) em seis parcelas mensais, com a redução de 60% do valor da multa;

c) em oito parcelas mensais, com a redução de 50% do valor da multa;

d) em dez parcelas mensais, com a redução de 40% do valor da multa;

e) em doze parcelas mensais, com redução de 30% do valor da multa;

f) em quatorze parcelas mensais, com redução de 20% do valor da multa;

g) em quinze a vinte parcelas, sem redução, com o benefício do § 4º.

§ 1º - Aos créditos tributários regularizados na forma deste artigo não se aplica o disposto no parágrafo único do art. 51 da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989.

§ 2º - Para fins do disposto no inciso II:

a) o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 125 UFIR;

b) o não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios deste artigo apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo as quantias não pagas automaticamente inscritas em Dívida Ativa para cobrança judicial, sujeitando-se aos juros de mora de que trata o art. 1º desta lei.

§ 3º - Quando o crédito tributário já houver sido ajuizado para cobrança execu-

tiva, o sujeito passivo deverá comprovar, previamente, a quitação dos honorários e dos encargos e despesas processuais, proporcionalmente ao valor do débito reduzido.

§ 4º - Aos créditos tributários parcelados na forma do inciso II deste artigo e aos já parcelados até a data da publicação desta lei, não se aplica o disposto no art. 49 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, alterado pelo art. 1º desta Lei, aplicando-se-lhes juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§ 5º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de créditos tributários já extintos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de fevereiro de 1996 em relação aos arts. 1º e 2º e da data da publicação em relação ao art. 3º, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.01.95.

(aa) ALGACI TÚLIO

WALDIR ROSSINI

NELSON JUSTUS

CÉSAR SELEME

ÉLIO RUSCH

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, Senhor Deputado, Luiz Carlos Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na verdade creio que esta Casa não se debruçou sobre este projeto, que na verdade são dois. São duas questões específicas aqui, uma que trata na verdade...

O Sr. José Tavares - São três, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Trata o quê?

O Sr. José Tavares - Trata de ICMS, IPVA, Imposto de "Causa Mortis".

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Ah, sim, três questões. Perfeitamente, Deputado Tavares. Muito obrigado.

E que na verdade fixa duas, mas que na verdade trata de duas questões específicas: uma é que faz com que a taxa de juros a ser cobrada dos débitos vai ser calculada pela SELIC que é este Sistema Especial de Liquidação e Custódia, porque, um índice do Governo Federal, para a atualização de tributos que estejam impostos devidos em atraso, em dívida ativa.

E por outro lado, Senhores Deputados,

o projeto traz embutido uma anistia, e uma anistia brava aqui, porque inclusive, não sei inclusive se aquele, confesso que não consegui lendo aqui, identificar se o Substitutivo estabeleceu outra regra, mas estabelecia que só teria direito a esta anistia aqueles que houvessem pago a primeira parcela até o dia 15 de dezembro de 95.

Então ressaltado alguém que tenha sido especialmente avisado, fica muito difícil de se conceder esta anistia ao conjunto dos contribuintes que estejam em atraso, me refiro Senhor Presidente, ao Artigo 3º do Anteprojeto de Lei da Mensagem enviada pelo Governador, do 282.

Então, vejam os Senhores, a anistia que estamos tratando é uma anistia que trata em dois casos específicos, um de redução de até 90% da multa e outro do substitutivo, fala em redução de até 90% da multa e vai graduando ela de acordo com a data do pagamento.

Então, as implicações, na verdade, são duas. Deputado, os artigos são, um é o artigo 3º, do Anteprojeto de Lei nº 049, S.Exa. o Governador do Estado, da Mensagem nº 046 e o outro do Substitutivo que foi encaminhado pelos eminentes Deputados Valdir Rossoni, Nelson Justus e Algaci Túlio, que faz com essa anistia, e também do Artigo 3º seja feita ela com uma redução de 90% do valor da multa, quando o pagamento é em parcela única, até 29 de março de 96, e depois vai reduzindo gradualmente 70, 60, 50 até chegar a 20% ou então depois em 15 ou 20 parcelas sem a redução com o benefício do § 4.

Só queria chamar atenção dos Senhores porque este projeto aqui tem duas mãos, duas variáveis aqui, a primeira que trata justamente do aumento do valor da correção dos juros, para quem está com o imposto em atraso, e por outro lado, na verdade, que vai beneficiar muito aquele devedor ou pode simular muito o mau pagador, aquele que sabe que não vai pagar e que depois vai receber uma anistia.

Queria chamar atenção dos Senhores Deputados que é uma regra criada desde o Governo Richa no Estado do Paraná, de não se conceder anistia sobre o valor da multa para o devedor do ICMS, claro que deve se parcelar, deve se ajudar, na verdade quem queira pagar o imposto, mas a anistia estimula o mau pagador, por isso que queria chamar a atenção dos Senhores, porque são duas questões aqui, uma que na verdade, vamos dizer uma que bate, porque aumenta a taxa de juros e outra na verdade que cria um problema muito grave, porque dá uma anistia que vá lá se saber quem vai ser beneficiado e qual o montante que o Estado do Paraná poderá ter de prejuízo com a concessão desta anistia.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.

Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) -

Gostaria, Senhor Presidente, de tecer algumas considerações até para que o Deputado Algaci Túlio, que é o autor do Substitutivo, expusesse isso nessa sessão, ou na sessão de amanhã quando votará o mérito, do que se pretende, porque na verdade existem algumas contradições nesta Lei, Senhor Presidente.

O Deputado Romanelli cita bem, sei que é uma medida altamente antipática, no entanto o serviço público, há muito tempo, Senhor Presidente, tem tentado fugir dessa regra que foi tão ruim no passado para as administrações públicas. É um incentivo a não pagar, porque a pessoa não pagando, não recolhendo os seus impostos num determinado momento, ou outro, por necessidade de caixa se dá isenção da multa e quem pagou é que acaba sendo o palhaço da história, quem não pagou sai beneficiado, quem pagou sai perdendo.

Segundo lugar, Senhor Presidente, no projeto encaminhado pelo Executivo há um equívoco, no Artigo 3º, Senhor Presidente, diz que o Artigo 11 da Lei nº 8.927, de 28 de dezembro de 88 passa a vigorar com a seguinte redação: (Lê o artigo). Não existe inciso I, da alínea "B", existe alínea "A" do inciso I, que trata sobre a "causa-mortis", precisa ser alterado porque está equivocado na redação. Segundo lugar, Senhor Presidente, vejo aqui o Substitutivo Geral do Deputado Algaci Túlio falando que o valor mínimo de parcela não poderá ser inferior a 125 UFIR altera o perdão do valor da multa em até 90% para pagamento à vista. E me parece que o pequeno devedor não fica contemplado, aquele que deve migalhas não fica contemplado porque a sua parcela acaba ficando menor que 125 UFIR.

Então pediria a V. Exa. e principalmente ao Deputado Algaci Túlio que expusesse amanhã o objetivo de sua Emenda Substitutiva, porque nos interessa ajudar na votação, mas desde que possamos entender o que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto foi aprovado, será apreciado amanhã em 2ª discussão.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/95, que eleva de 11 (onze) para 12 (doze) o número de representantes

da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 143/95, de 24.10.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 434/95
MENSAGEM N° 62/95 DO PODER EXECUTIVO
P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei em questão dispõe sobre a elevação de 11 para 12 o número de representantes da sociedade civil organizada, no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

O projeto de lei em questão visa incluir um representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Apesar do aumento de despesas por ocasião de viagens, um representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania faz-se indispensável ao bom cumprimento das funções do referido Conselho.

O parecer é favorável, s.m.j..

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 434/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade elevar de 11 para 12 o número de representantes da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme específica.

A matéria já foi devidamente apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou óbice para a tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 435/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 063/95, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F..

Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 435/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

TÍTULO I
Da Instituição do Sistema Estadual de
Assistência Social

Art. 1° - A Assistência Social, direito constitucional do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

Art. 2° - Para a consecução dos fins propostos pela assistência social e em atenção ao que dispõe a Lei Federal n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, ficam instituídos:

I - a Conferência Estadual de Assistência Social;

II - o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS; e

III - o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

TÍTULO II
Da Conferência Estadual de
Assistência Social

Art. 3° - A Conferência Estadual de Assistência Social, órgão colegiado do caráter deliberativo, é composta por representantes de instituições assistenciais, de organizações comunitárias, de associações municipais, sindicais e de profissionais do Estado do Paraná, bem como por representantes do Poder Executivo Estadual, com finalidade de propor diretrizes gerais da política de assistência social e eleger os membros do Conselho Estadual de Assistência Social.

Parágrafo Único - A Conferência Estadual de Assistência Social reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, por convocação do Conselho Estadual de Assistência Social e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação do Conselho Estadual de Assistência Social ou de um terço de seus membros.

Art. 4° - A convocação da Conferência Estadual de Assistência Social deve ser divulgada através dos meios de comunicações diretamente às instituições que a ela se vinculem ou que sobre ela mantenham interesse.

Art. 5º - Os delegados da Conferência Estadual de Assistência Social serão eleitos em assembleias dos fóruns microrregionais convocadas para este fim específico, sob orientação do Conselho Estadual de Assistência Social, no período de 60 (sessenta) dias anteriores à data de realização da conferência, sendo garantida a participação paritária de delegados de todas as microrregiões.

Parágrafo Único - O Regimento Interno, a ser aprovado pelo CEAS, estabelecerá a forma de participação e de escolha das entidades e organizações governamentais e não governamentais na Conferência Estadual de Assistência Social.

Art. 6º - Caberá à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família a responsabilidade pela convocação da I Conferência Estadual de Assistência Social.

TÍTULO III

Do Conselho Estadual de Assistência Social

Art. 7º - O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS é órgão colegiado de caráter deliberativo permanente, vinculando-se ao órgão estadual responsável pela coordenação das questões afetas à assistência social.

Art. 8º - Ao Conselho Estadual de Assistência Social compete:

I - a aprovação da Política de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e as diretrizes propostas pela Conferência Estadual de Assistência Social;

II - o acompanhamento e o controle da execução da Política Estadual de Assistência Social;

III - a aprovação do Plano Estadual Anual e Plurianual de Assistência Social;

IV - a normatização das ações e a regularização de prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, de acordo com as diretrizes propostas pela Conferência Estadual de Assistência Social e pela Política Nacional de Assistência Social, inclusive com a definição de critérios de qualidade;

V - o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e a aprovação dos programas a serem subsidiados com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e a definição de critérios de repasse de recursos destinados aos Municípios;

VI - o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e a aprovação do plano de aplicação do Fundo Estadual de Assistência Social, bem como o acompanhamento da execução orçamentária e financeira anual dos seus recursos;

VII - a apreciação e a aprovação da

proposta orçamentária de assistência social para compor o orçamento estadual;

VIII - a normatização das inscrições de entidades e organizações de assistência social no Conselho Estadual de Assistência Social, cuja área de atuação ultrapasse o limite de um só Município;

IX - o zelo pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

X - a proposição de critérios para a celebração de contratos ou convênios entre os órgãos governamentais e não governamentais na área de assistência social;

XI - a fiscalização e a avaliação da gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XII - a proposição da formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de assistência social, no âmbito do Estado;

XIII - a publicação no Diário Oficial do Estado e em periódicos de circulação no Estado da súmula de suas atas e resoluções, bem como os demonstrativos das contas aprovadas do FEAS;

XIV - a regulamentação complementar das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de acordo com o Art. 22, da Lei nº 8.742/93;

XV - o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização dos serviços de assistência social pelos órgãos governamentais e não governamentais do Estado, especialmente as condições de acesso da população usuária, indicando as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;

XVI - a proposição de modificações nas estruturas do sistema estadual que visem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos dos usuários da assistência social;

XVII - o estímulo e o incentivo à atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidas na prestação de serviços de assistência social;

XVIII - a convocação da Conferência Estadual de Assistência Social e o estabelecimento de suas normas de funcionamento em regimento próprio;

XIX - o acompanhamento e o controle das inscrições das entidades e organizações de assistência social nos respectivos Conselhos Municipais, mantendo cadastro atualizado;

XX - a articulação com os Conselhos Nacional e Municipais, bem como organizações governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, inclusive propondo intercâmbio, convênio ou outro meio, visando a superação de problemas sociais do Estado; e

XXI - a elaboração e a aprovação do

seu Regimento Interno.

Art. 9º - O Conselho Estadual de Assistência Social é composto paritariamente por 24 (vinte e quatro) membros efetivos com respectivos suplentes, assim distribuídos:

I - 12 (doze) representantes do Poder Público Estadual; e

II - 12 (doze) representantes da sociedade civil, dentre organizações de usuários, das entidades ou organizações prestadoras de serviços de assistência social e de trabalhadores do setor.

§ 1º - As entidades não governamentais, a que se refere o "caput" deste artigo, serão eleitas em assembleias próprias na Conferência Estadual de Assistência Social, sob a fiscalização do Ministério Público, devendo ser homologadas por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 2º - Caberá às entidades não governamentais e aos órgãos públicos a indicação de seus respectivos representantes, no prazo de 10 (dez) dias, para a devida nomeação pelo Governador do Estado, sob pena de substituição, no caso das entidades não governamentais, por instituição suplente, conforme a ordem de votação.

§ 3º - Os representantes dos órgãos governamentais serão nomeados pelo Governador do Estado, por período indeterminado, podendo ser substituídos a qualquer tempo por integrantes das Secretarias de estado com interesses afins.

§ 4º - Os representantes das entidades não governamentais, a que se refere o inciso II, deste artigo, serão nomeados para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 5º - As funções de membro do Conselho Estadual de Assistência Social não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado relevantes serviços de assistência social prestados ao Estado.

§ 6º - O Conselho Estadual de Assistência Social reunir-se-á, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou da maioria de seus membros.

§ 7º - O Conselho Estadual de Assistência Social contará com um Secretário Executivo indicado por seu presidente e aprovado pelo próprio Conselho.

Art. 10 - A Secretaria de Estado afim com a matéria propiciará o necessário apoio técnico e administrativo, através de recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 11 - A organização e o funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social serão disciplinados em regimento interno, a ser aprovado por ato próprio do referido Conselho, no prazo de 90 (noventa) dias.

TÍTULO IV

Do Fundo Estadual de Assistência Social

Art. 12 - O Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, instrumento de natureza contábil, instituído com a finalidade de destinar recursos para o atendimento e apoio técnico e financeiro aos serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza em âmbito regional ou local aos municípios, a título de participação, será gerido sob a orientação e controle administrativo do Conselho Estadual de Assistência Social, com o apoio técnico e administrativo do órgão responsável pela coordenação da política de assistência social.

Art. 13 - Constituem recursos do FEAS:

I - dotação específica consignada no orçamento estadual para o Fundo e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II - verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe sejam destinados;

IV - rendas eventuais, inclusive as decorrentes de depósitos e aplicações financeiras, bem como da venda de materiais, de publicações e da realização de eventos;

V - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, patrimoniados ao órgão estadual responsável pela política de assistência social;

VI - produto de convênios firmados com entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;

VII - produto da arrecadação de multas e juros de mora, conforme destinação própria;

VIII - recursos retidos em instituições financeiras sem destinação própria; e

IX - outros recursos que lhe forem destinados.

§ 1º - Os recursos de responsabilidade do Estado destinados ao FEAS serão repassados automaticamente ao mesmo, à medida que se forem realizando as receitas.

§ 2º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser mantida em agência de estabelecimento bancário estadual de crédito.

§ 3º - A aplicação dos recursos de na-

tureza financeira dependerá:

I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação; e

II - da prévia aprovação pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 4º - Os saldos financeiros do FEAS constantes do balanço anual geral serão transferidos para o exercício seguinte.

§ 5º - O funcionamento e a administração do FEAS serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, ouvido o Conselho Estadual de Assistência Social.

TÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 14 - Para os efeitos desta lei consideram-se:

I - organizações de usuários: as que congregam, representam e defendem os interesses dos segmentos previstos na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, sendo usuários da assistência Social a criança, o adolescente, o idoso, a família e a pessoa portadora de deficiência;

II - entidades e organizações prestadoras de serviços de assistência social: as que prestam, sem fins lucrativos, atendimento, assistência específica ou assessoramento aos beneficiários alcançados pela Lei Orgânica de Assistência Social;

III - trabalhadores do setor: os que prestam serviços na área de assistência social, ao nível primário, secundário ou universitário, integrados em associações, conselhos de classes ou sindicatos e que atuam diretamente em entidades de atendimento ou de defesa dos direitos dos usuários de assistência social; e

IV - membros do Conselho: pessoas naturais representantes de entidade governamental ou não governamental nomeadas para comporem o Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 15 - As entidades e organizações de assistência social cadastrar-se-ão nos respectivos Conselhos Municipais, devendo manter como atividade principal uma ou mais ações no campo:

I - da proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - do amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social;

III - da promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - da habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e na promoção de sua integração à vida comunitária; e

V - da promoção de projetos de enfrentamento da pobreza.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a ressarcir as despesas com transporte, estadia e alimentação dos membros do Conselho Estadual de Assistência Social, representantes das entidades não governamentais.

Art. 17 - O Ministério Público zelará pelo cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 18 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.95.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI N° 435/95
MENSAGEM N° 63/95 DO PODER EXECUTIVO

Relatório:

De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei em questão dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências.

Parecer:

O projeto de lei em pauta vem para atender o disposto no art. 204 da Constituição Federal e na Lei Federal n° 8.742/93, que dispõem sobre as ações governamentais na área de assistência social.

Não tendo encontrado nenhum óbice legal ou constitucional à normal tramitação do projeto em tela, somos favoráveis à sua normal tramitação.

O parecer é favorável, s.m.j..

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 435/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dispor sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, instituir a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo de Assistência Social e adota outras providências.

A matéria já foi devidamente apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou óbice para a tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, com a Emenda da C.C.J..

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA
PROJETO DE LEI N° 435/95

O Caput e incisos do art. 9° do Projeto de Lei n° 435/95 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9° - O Conselho Estadual de Assistência Social é composto paritariamente por 30 (trinta) membros efetivos com respectivos suplentes, assim distribuídos:

I - 15 (quinze) representantes do Poder Público Estadual; e

II - 15 (quinze) representantes da sociedade civil, dentre organizações de usuários, das entidades ou organizações prestadoras de serviços de assistência social e de trabalhadores do setor".

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 439/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 067/95 que altera a denominação do cargo de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 439/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Poder Executivo, submetida a esta Casa pela Mensagem Governamental n° 67/95, objetiva alterar a denominação de cargo de provimento em Comissão, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme específica.

Tratando-se de matéria de iniciativa privada do Senhor Governador do Estado, e tendo em vista que apenas busca adequar a estrutura de cargo comissionado às atuais necessidades da mencionada Pasta, não há nada que possa obstar sua normal tramitação, razão pela qual nos manifestamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 439/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade alterar a denominação do cargo de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme específica.

A matéria já foi devidamente apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou óbice para a tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, nobres colegas, essa Mensagem do Governador Jaime Lerner visa na realidade cancelar um cargo de diretor da Colônia Penal Agroindustrial de Tamarana, e transferi-lo para a Penitenciária Estadual de Maringá. Sem dúvida isso nos alegria, na medida em que o Governador, e nós já tivemos oportunidade de destacar isso aqui várias vezes, vem concluindo obras do Governo passado, especificamente nesse caso obras da Secretaria a qual fiz parte. A Penitenciária Estadual de Maringá é a segunda unidade do sistema penitenciário do interior do Estado, a primeira é Londrina que deixamos em atividade, e a segunda é Maringá que deixamos com mais de 50% da obra em andamento.

Então, temos que destacar essa postura do Governador em concluir uma obra começada pelo nosso governo, levando-se em consideração mais do que nunca o interesse da sociedade porque a obra é de interesse da sociedade, não é de interesse do PMDB, ou desse ou daquele Governo.

Portanto, a gente tem que destacar isso. Mas preocupa a mim, ao Deputado Belinati, ao Deputado Alborghetti, o fato de que pela segunda vez estamos dotando de condições para a inauguração, que é de mais uma vez louvar a Penitenciária Estadual de Maringá, mas cancelando avanços da Penitenciária de Tamarana. E tenho essa preocupação, Deputado Edson Lino, V.Exa. que lutou muito para que aquela penitenciária se tornasse realidade, e a partir das ponderações de V.Exa. nós iniciamos um projeto de conclusão da obra, e lamentavelmente o meu Governo, o Governo do Governador Mário Pereira, de maneira equivocada paralisou aquela obra. Eu, o seu Líder aqui, fiz de tudo para que isso não ocorresse.

não era o seu Secretário da Justiça e cada um pensa de uma maneira. E respeito até a forma de pensar das pessoas, mas lamento profundamente que o meu Governo tenha paralisado uma obra estratégica, única, pioneira, como a Colônia Penal Agrícola de Tamarana, porque seria a primeira unidade semi-aberta do Estado do Paraná.

Portanto, ao tempo em que louvo o Governador Lerner que está concluindo uma obra em Maringá e está tomando as providências, e este projeto tem este objetivo. Para inaugurar esta obra o mais rapidamente possível, quero fazer um apelo a S.Exa., na pessoa do Líder, Deputado Algaci Túlio, para que sua Excelência também, que não tem culpa nenhuma na paralisação da obra de Tamarana, mas dentro desta visão de interesse da sociedade, conclua aquela colônia penal agrícola de Tamarana, Deputado Algaci Túlio. São 52 alqueires, é um terreno que estava abandonado, ocioso, havido pelo Estado na primeira gestão do Governador Ney Braga.

E este terreno foi adquirido pelo Estado através de doação e pagamento em função de dívidas tributárias que empresários de Londrina na época tinham com o Estado do Paraná. E o Estado não pode ficar indiferente a esta realidade.

Quando assumimos a Secretaria da Justiça, o que havia lá em Tamarana era uma realidade muito triste de uma obra abandonada, de uma obra semi-concluída e de dinheiro público desperdiçado.

Dado o fato de que o Estado não tem no interior nenhuma colônia penal agrícola, porque o Estado só tem uma aqui em Piraquara, e ela já se torna mais do que insuficiente, porque para um Estado como o nosso, com mais de 8 a 9 milhões de habitantes, não é possível termos apenas, Deputado Alborghetti, uma única colônia penal agrícola, um único regime semi-aberto para presos do sexo masculino aqui na capital do Estado.

Então dentro da visão de interiorização do sistema prisional, do regime fechado, começando por Londrina, o Governador Jaime Lerner inaugura em Maringá. Tínhamos que dar este passo significativo concluindo a colônia penal agrícola de Tamarana.

E por isso quero votar a favor deste projeto, como votei a favor de outro, semelhante, que tratava de cargos de menos importância na hierarquia dos cargos do

sistema penitenciário, aproveito para fazer este apelo, porque amanhã ou depois, sem dúvida alguma, sei que a sociedade de Londrina vai cobrar do Governador esta obra. Afinal de contas o Governador Ney Braga investiu dinheiro público lá, o Governador Requião deu continuidade a esses investimentos. E não é possível que agora eles continuem ignorados, esquecidos, abandonados, em condições de absoluto desperdício, tendo em vista uma real necessidade de descentralizar o sistema prisional do Estado, sobretudo no que diz respeito ao regime semi-aberto, porque como disse, só temos uma unidade aqui na cidade de Piraquara.

Portanto, aprovo o projeto mais formulando esse apelo a V.Exa. para que leve a S.Exa. o Governador essa nossa posição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. **Aprovado.**

Sobre a mesa Requerimento n° 4074, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles de Mello e Irineu Colombo, constante do expediente. **Requisita-se o Processo na Íntegra.**

A Presidência entende que como uma Comissão desta Casa participou dos acontecimentos, também elaborando um relatório, ao invés de votar o requerimento vai requisitar o processo da Comissão Especial para que chegue a esta Casa na sua íntegra.

O SR. ALGACI TÚLIO - E esta é a posição também da Liderança do Governo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - **Requisita-se o processo.**

Requerimento n° 4076, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Ao Departamento Especializado para providenciar o Diário da Assembléia.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra sessão ordinária para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 282, 434 e 435/95.

Levanta-se a sessão.